

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Veículo CORREIO BRAZILIENSE	Dia 01	Mês 03	Ano 1999	Pág. 06
--------------------------------	-----------	-----------	-------------	------------

Amaro Cavalcanti

Almir Pazzianotto Pinto
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

Amaro Cavalcanti nasceu em 1849 na fazenda Logradouro, município de Caicó, comarca de Seridó, Rio Grande do Norte. Foi seu pai Amaro Cavalcanti Soares de Brito, modesto mestre-escola, com quem adquiriu as primeiras letras. Algum tempo depois ingressou em seminário de São Luís do Maranhão, onde seu irmão e contemporâneo, João Maria, seria ordenado padre. Interrompendo a formação religiosa mudou-se para Pernambuco, trabalhando como empregado no comércio. Transferindo-se para o Ceará, assumiu, mediante concurso, a cadeira de latim na cidade de Baturité. Nesta localidade exerceu o magistério e advogou, provisionado pela Relação do Ceará, criada pelo Decreto nº 2.342, de 6 de agosto de 1873. Antes de completar 30 anos foi designado pelo presidente da Província, Leão Veloso, para estudar, nos Estados Unidos da América, programa de reforma do ensino aplicável àquela Província. Valendo-se da oportunidade, inscreveu-se na Union University, em Albany, capital do Estado de Nova York, graduando-se em Direito no ano de 1881.

Regressando ao Brasil, dirigiu a instrução pública no Ceará até 1883, quando partiu para o Rio de Janeiro, passando a lecionar latim no Colégio D. Pedro II e voltando a advogar.

Eleito pelo Estado do Rio Grande do Norte para a Assembléia Constituinte, integrou a comissão redatora do projeto definitivo da Constituição de 1891. Em 1893 foi nomeado ministro plenipotenciário junto ao Governo do Paraguai. Em 1897 assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e em 1906 foi nomeado para o Supremo Tribunal Federal, aposentando-se, a pedido, em 1914. Após deixar o STF, foi delegado do Brasil à Conferência Financeira de Washington (1915), prefeito do Distrito Federal (1917-1918), membro da Corte Permanente de Arbitragem de Haia (1918-1919) e ministro da Fazenda (1919-1919). Publicou numerosas obras, destacando-se "Regimen Federativo e a República Brasileira", "Responsabilidade Civil do Estado", "Política e Finanças".

Editado pela Imprensa Nacional em 1891, o livro "A Reforma Monetária" não se coloca entre os trabalhos mais divulgados de Amaro Cavalcanti. Contém, entretanto, página digna de meditação por todos aqueles que administram os negócios da economia, preocupados em impedir a retomada do processo inflacionário, conservar estável a moeda, eliminar o déficit orçamentário e reduzir a níveis mínimos a administração estatal. Afirmava o ilustre rio-grandense-do-norte ser "preferível" a alta dos preços concorrentes com o trabalho abundante por toda a parte, com o melhoramento dos salários dos que a ele se entregam, com a colocação fácil de todas as aptidões individuais, o aproveitamento dos vários elementos de nossas riquezas, do que a baixa dos mesmos, contraprova manifesta de nosso atraso, ou da decadência geral. Nada de contração monetária, a pretexto de remediar, que, ao contrário, pode tornar-se a causa de funestos desastres. O meio mais profícuo ou garantidor do bem-estar comum das populações não é o baixo preço das cousas necessárias, mas o trabalho remunerador ao alcance de todos". Concluía com frase curta, incisiva, lapidar: "Vida barata é sinal de pobreza".

Quais as razões que conduziram Amaro Cavalcanti a adotar essa posição desafiadora, em matéria econômica, frente ao pensamento conservador predominante no Brasil durante o Império, o mesmo que viria a ser mantido, com leves variações, após a proclamação da República? Creio haverem sido decisivas, para o jovem político nordestino, as impressões colhidas no cenário rico de criatividade, otimismo e ousadia, característicos do desenvolvimento capitalista norte-americano, em contraste com o pessimismo impregnado de conformismo, a pobreza e, por que não reconhecer, a mediocridade reinantes em nosso meio, onde o trabalho livre e a República demorariam a chegar e os resultados econômicos dependiam do comportamento no mercado externo de dois produtos agrícolas: café e açúcar. Recordar-se que por volta de 1880 os Estados Unidos produziam anualmente cerca de 10 milhões de barris de petróleo, matéria-prima essencial que o Brasil so-

"O pensamento de Amaro Cavalcanti seria atualizado mais de século e meio depois, nas lições de outro ilustre nordestino, o professor Celso Furtado, para quem é falsa a alternativa entre crescimento comprometido pela espiral inflacionária ou estabilidade combinada com estagnação"

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Veículo CORREIO BRAZILIENSE	Dia 01	Mês 03	Ano 1999	Pág. 06
--------------------------------	-----------	-----------	-------------	------------

mente viria a extrair, em escala comercial, a partir de 1950. Superioridade semelhante teria sido constatada por Amaro Cavalcanti em termos de administração pública e no processo de urbanização, produção do aço, transporte ferroviário e fluvial, produtividade agrícola e pecuária. Habitado aos usos e costumes do Brasil, Amaro Cavalcanti certamente se surpreendeu com a dinâmica da economia americana, dominada pelo espírito empreendedor, tornando-se resistente a qualquer outra doutrina que não se baseasse no crescimento e na existência de mercado interno forte.

Nenhum cidadão, dotado de conhecimento e bom senso, pode ser adepto da constante desvalorização da moeda, do desregramento orçamentário, da alta do custo de vida, do desequilíbrio das contas públicas. Tampouco será defensor do desemprego, da fome, da estagnação, da insegurança. Aos governantes compete aplicar-todas as energias e o melhor da inteligência na promoção do desenvolvimento econômico com o máximo de justiça social, para haver trabalho e emprego em volumes capazes de atender às necessidades das classes trabalhadoras.

O pensamento de Amaro Cavalcanti seria atualizado mais de meio século depois, nas lições de outro ilustre nordestino, o professor Celso Furtado, para quem é falsa a alternativa entre crescimento comprometido pela espiral inflacionária ou estabilidade combinada com estagnação. Sustentou o idealizador da Sudene que em país algum o empobrecimento deve ser o preço da economia equilibrada e estável.

A retomada do desenvolvimento exige correto diagnóstico das causas da estagnação, adoção de medidas adequadas e urgência das providências que se fazem necessárias. Recordem-se, a este propósito, as lições de Oswaldo Sunkel, para quem as experiências acumuladas na América Latina indicam que se deve rechaçar "a idéia de que a inflação é o caminho para o crescimento acelerado", mas, ao mesmo tempo, "pode-se negar que as políticas fiscais e monetárias tradicionais são mecanismos eficientes e suficientes para obter a estabilidade em países em que as distorções e condições estruturais e institucionais são a causa fundamental da instabilidade". Sustenta o conhecido economista chileno que "a estabilização como um fim em si, e na forma procurada nos últimos anos, é também um penoso fracasso, porque não pode ser obtida ao preço do estancamento de uma redistribuição negativa da renda", e conclui dizendo: "Não é a estabilidade o que condiciona o desenvolvimento, mas pelo contrário: é o crescimento acelerado que se constitui em condição para a estabilidade. Com efeito, uma política que vise ao ajuste estrutural entre oferta e procura por meio da contração da renda pode provocar uma queda de inversão líquida pública e privada e congelar assim o desajuste. Nestas circunstâncias, o ajuste entre oferta e procura global — se não se realizar através do setor externo (comércio exterior e financiamento) — só poderá ser obtido mediante um reajuste da estrutura produtiva existente, quer dizer, por uma redistribuição dos fatores produtivos existentes; neste caso tratar-se-ia inevitavelmente de uma solução revolucionária, enquanto no caso anterior poderia ser evolutiva. Em consequência, os que propugnam uma solução de "estabilização"

propiciam a estagnação (a menos que consigam fazer crescer a economia para fora) e os que mantêm estancada a economia por um prazo suficientemente longo estão convidando a uma solução revolucionária" ("Inflação e Desenvolvimento — Caminhos Brasileiros 3", Celso Furtado e outros, Editora Vozes, Rio de Janeiro, pág. 146/147).

A partir de experiências distanciadas no tempo e no espaço, Amaro Cavalcanti, Celso Furtado, Oswaldo Sunkel, adotam posições que se aproximam, recusando a estabilização e a contração monetária como objetivos únicos da política econômica, para defender a implantação de políticas de desenvolvimento com geração de "trabalho remunerador ao alcance de todos". Não bastam, porém, como advertem economistas e sociólogos, esforços isolados do governo. É preciso, sobretudo, o consciente engajamento de toda a população nacional no projeto de desenvolvimento, que somente é válido quando resulta, como salienta François Perroux, da "combinação das mudanças mentais e sociais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativa e duravelmente, seu produto real global".

Falecendo em 1922, Amaro Cavalcanti não chegou a alcançar as primeiras medidas no sentido do nosso desenvolvimento industrial e expansão econômica. Era presidente da República seu ex-colega de Supremo Tribunal Federal, o paraibano Epiácio Pessoa, cujo governo enfrentou diversos movimentos militares, entre os quais se sobressai, pela importância e repercussões, o de 5 de julho de 1922, conhecido como a revolta do Forte de Copacabana. A iniciativa mais destacada do seu governo consistiu no apoio à Itabira Iron Ore Company, empresa organizada com capital inglês, destinada à exploração de minério de ferro, representada em nosso país pelo empresário norte-americano Percival Farquhar. O projeto foi intensamente combatido pela oposição nacionalista, liderada pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes, provocando sua inviabilização. O aço passaria a ser produzido pelo Brasil, em grande escala, a partir de 1946, com a entrada em operação da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN, cuja construção havia sido aprovada em

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Veículo	Dia	Mês	Ano	Pág.
CORREIO BRAZILIENSE	01	03	1999	06

janeiro de 1941, por Getúlio Vargas, mediante o Decreto-lei nº 3.002. A exportação de minério de ferro ganhou importância depois da descoberta das jazidas de Carajás e da organização da Cia. Vale do Rio Doce. As primeiras grandes hidroelétricas e rodovias seriam construídas graças à iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek e a modernização do sistema de telecomunicações, cobrindo o território nacional, só aconteceria na década de 1970.

A coleção "Memória Brasileira", instituída pelo ex-presidente José Sarney quando presidiu o Senado Federal, vem contribuindo de maneira admirável para o melhor conhecimento da nossa história, reeditando livros fundamentais, há muitos anos desaparecidos das livrarias como "A Província", de Tavares Bastos, "Systema Representativo", de José de Alencar, e outros. Seria excelente a inclusão nesse programa editorial das obras de Amaro Cavalcanti, homenageando-se o nordestino que, mercê de esforços próprios, galgou elevadas posições no cenário nacional, durante o Império e na República.